



Ministério da Educação  
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica  
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul  
*Campus Erechim*

1 ATA Nº 08/2018 de 05/09/2018. Aos cinco(05) dias do mês de setembro de dois mil e dezoito  
2 (2018), às dez horas e trinta minutos(10:30), na sala da direção-geral do *Campus* Erechim do  
3 Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul, sob a presidência  
4 do Diretor-Geral, Eduardo Angonesi Predebon, reuniram-se os membros do Conselho de  
5 *Campus* nomeados pela Portaria nº 114, de 08 de junho de 2018, a saber: João Rogério  
6 Machado Pereira e Antônio Cesar dos Santos Esperança, representando o segmento  
7 docente; Flávia Garcez e Monalise Marcante Meregalli, representando o segmento técnico-  
8 administrativo; Ricardo Tavares e Fabrício Bertochi, representando o segmento discente.  
9 Estavam presentes também nesta reunião o Diretor de Administração e Planejamento, Ivan  
10 Suszek e o Coordenador de Desenvolvimento Institucional, Alexandro Magno dos Santos  
11 Adário. Abertos os trabalhos, o primeiro item da pauta foi a aprovação da ata referente a  
12 reunião ordinária realizada no dia 08/08/2018, a mesma foi aprovada pelos conselheiros. Na  
13 sequência foi apreciado o plano de ação do IFRS - *Campus* Erechim para o ano de dois mil e  
14 dezenove(2019). O Presidente do conselho realizou uma explanação sobre a conjuntura  
15 econômica e sobre as dificuldades financeiras que a instituição vem enfrentando. Relatou  
16 sobre os cortes nos serviços terceirizados de copeiragem, vigilância, limpeza e motorista.  
17 Destacou que o *Campus* Erechim é um dos poucos que ainda dispõem do serviço de  
18 motorista, em função de contarmos com o Sr. Ermelindo - servidor anistiado da Eletrosul.  
19 Informou que em função da falta de recursos o plano de ação fica extremamente reduzido à  
20 manutenção da instituição, não havendo valores para investimentos. João Rogério  
21 questionou sobre a disponibilidade de motorista para as viagens institucionais, relatando que  
22 recebeu a informação que há uma limitação de distância para estas, questionou os motivos e  
23 a legalidade desta limitação. Eduardo esclareceu que este limite de distância  
24 estabelecido(150km), para viagens com o micro-ônibus, foi determinado pelo Conselho de  
25 *Campus* anterior, em função das condições do veículo não permitem viagens de longas  
26 distâncias e também pela necessidade de mais de um motorista para deslocamentos  
27 maiores, destacou que hoje o *Campus* não tem condições de aumentar o número de  
28 motoristas. Ivan frisou que este limite de distância não foi estabelecido por questões física do  
29 motorista - Sr. Ermelindo, como comentado, mas pensando na segurança de nossos  
30 servidores e discentes em função das condições do veículo. João Rogério questionou se não  
31 deveria ser dada a prioridade para a contratação de motorista. Foi esclarecido que em  
32 função de disponibilizar dos serviços de motorista do Sr. Ermelindo, foi dada prioridade para  
33 outras atividades fundamentais para a manutenção do *Campus* bem como a oferta de bolsas  
34 de ensino, pesquisa e extensão para os discentes. Na sequência João Rogério questionou o  
35 valor de dois mil reais que consta na rubrica - viagens técnicas, argumentando que esse  
36 valor é insignificante se não há a disponibilidade de transporte por parte da instituição. Ivan  
37 esclareceu que o valor previsto nesta rubrica pode ser utilizado também como fretes,  
38 transportes e encomendas e foi previsto para realizar o transporte de materiais doados pela

39 Justiça Federal. Ivan informou que não foi previsto valor para viagens técnicas no plano de  
40 ação para o próximo ano. João Rogério destacou que é fundamental para os cursos realizar  
41 pelo menos uma viagem técnica por ano. Eduardo argumentou que as viagens técnicas não  
42 são proibidas, mas diante da atual situação financeira não é possível a instituição financiar  
43 estas, citou exemplos de outras instituições onde os alunos custeiam suas viagens técnicas,  
44 frisou que esse meio não é o ideal mas é o que vem acontecendo em função dos cortes  
45 orçamentários. Na sequência João Rogério questionou sobre o valor previsto para  
46 construção de passarelas entre os blocos e destacou que no seu ponto de vista há  
47 necessidades mais relevantes, como por exemplo a aquisição de equipamentos para  
48 laboratórios. Ivan informou que esta ação está prevista como extraorçamentária, havendo  
49 recursos para investimento será umas das prioridades. Sobre essa ação o presidente do  
50 conselho esclareceu que a demanda referente a construção de passarelas entre os blocos  
51 vem sendo apontada nos relatórios da Comissão Própria de Avaliação (CPA) há vários anos  
52 e atinge toda a comunidade acadêmica. Eduardo lembrou que em breve teremos avaliação  
53 do MEC e os avaliadores observam se as demandas que constam no relatório da CPA foram  
54 atendidas. Ivan informou que houve uma comissão para elaboração do plano de ação com  
55 representantes dos docentes, técnicos administrativos e discentes e as ações foram  
56 definidas por esta comissão. Citou algumas ações que terão prioridade, caso houver  
57 recursos extraorçamentários: Construção de passarelas entre os blocos do *Campus*,  
58 ampliação da área da mecânica, construção de ginásio e refeitório, aquisição de banda de  
59 internet e ampliação de laboratórios para as outras áreas. Na sequência João Rogério  
60 manifestou que houve pouco tempo para analisar o plano de ação encaminhado aos  
61 conselheiros e que o documento é de difícil compreensão. Eduardo esclareceu que essa  
62 questão da metodologia do plano de ação já foi observada pelo conselho de *Campus* anterior  
63 e solicitado a reitoria providências, mas infelizmente não foram atendidas. Alexandre  
64 esclareceu que essa planilha foi construída pela reitoria ainda no ano de dois mil e dez (2010)  
65 e não é possível os campi modificarem. O conselho de *Campus* deliberou por oficializar  
66 novamente a reitoria para alterar o procedimento, a metodologia de elaboração do plano de  
67 ação. Após a análise e esclarecimentos, o Plano de Ação para o ano de 2019 foi aprovado  
68 pelo Conselho de *Campus*. Na sequência, João Rogério questionou a ausência do membro  
69 representante da comunidade externa nas reuniões do conselho. Eduardo informou que as  
70 convocações foram encaminhadas e caso este não comparecer na próxima reunião ou  
71 encaminhar um substituto será convocada a entidade suplente. O conselho de *Campus*  
72 solicitou que as pautas das reuniões sejam encaminhadas para todos os servidores e os  
73 arquivos referentes as pautas disponibilizados no site do *Campus* na aba Conselho de  
74 *Campus*. No próximo item de pauta foi analisada a proposta de alteração do horário de  
75 funcionamento do setor de extensão, conforme solicitado na reunião anterior deste conselho,  
76 para atender as demandas dos alunos dos cursos noturnos. O setor propôs a ampliação do  
77 horário de atendimento até as vinte horas e informou que poderá estender o atendimento  
78 para além das vinte horas se houver mais um servidor no setor. Eduardo informou que no  
79 momento a instituição não tem condições aumentar o número de servidores. O Conselho de  
80 *Campus* aprovou a proposta de ampliação do horário de funcionamento do setor de extensão  
81 até as vinte horas e solicitou ao setor realizar um levantamento do período de maior  
82 demanda dos estágios. Finalizados os trabalhos, nada mais havendo a constar, eu, Denise  
83 Beatris Tonin, chefe de gabinete, lavrei a presente ata, contendo este termo oitenta e  
84 quatro(84)linhas.....